



A MEDIAÇÃO DO CONHECIMENTO NA IDADE MÉDIA: PETER BURKE E UMBERTO ECO¹

KNOWLEDGE MEDIATION IN THE MIDDLE AGES: PETER BURKE AND UMBERTO ECO

Sueli Alves Silva - sueli_alves05@hotmail.com
Andréia Del Conte Paiva - dconte@utfpr.edu.br
Dalila Gimenes Cruz - dalilagimenes@gmail.com
Luciane de Fátima Beckman Cavalcante - lucifbc@gmail.com

Resumo: A realização deste estudo se deu com a finalidade de conhecer a maneira como a mediação do conhecimento ocorria na Idade Média, período da história em que as tensões religiosas se faziam presentes, realizando um comparativo entre os livros: “Uma História Social do Conhecimento: de Gutenberg a Diderot” de Peter Burke e “O Nome da Rosa”, romance do escritor Umberto Eco. É demonstrado o poder do Estado e da Igreja no que se refere à guarda e disseminação do conhecimento e expõe as ações percorridas para enfrentar os obstáculos impostos a fim de dismantelar o cartel formado pelos detentores do saber da época. Buscou-se o embasamento teórico por meio da literatura pertinente e a metodologia utilizada foi à pesquisa descritiva. Concluiu-se que a mediação do conhecimento ocorria de forma restrita a Igreja e ao Estado e ambos não tinham interesse em difundir ou mediar o conhecimento.

Palavras-chave: Mediação do conhecimento. Compartilhamento da informação. Representação da informação. Ciência da Informação.

Abstract: This study took place in order to know how the mediation of knowledge occurred in the Middle Ages, a period in history when religious tensions were present, carrying out a comparison between the books: "A Social Knowledge History: from Gutenberg to Diderot Peter Burke and the Rosa Name, a novel by Umberto Eco. It demonstrated the power of the state and the church in respect to storage and dissemination of knowledge and exposes the actions covered to tackle obstacles taxes in order to dismantle the cartel imposed by the holders of the time. The theoretical basis it was made through the relevant literature and the methodology used was descriptive research. Concluding that the mediation of knowledge occurs in a restricted way the Church and the State and both had not interest in spreading or mediate knowledge.

Keywords: Mediation of knowledge. Information sharing. Information representation. Information Science.

¹ Este artigo é resultado de um estudo desenvolvido na Disciplina Fundamentos da Ciência da Informação, no PPGCI-UEL, ministrada pela Profa. Dra. Ana Cristina de Albuquerque.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo busca compreender a maneira como ocorreu à mediação do conhecimento em um contexto determinado, a Idade Média, com o intuito de realizar um comparativo entre os livros: “Uma História Social do Conhecimento: de Gutenberg a Diderot” de Peter Burke e “O Nome da Rosa”, romance do escritor Umberto Eco. Tem como ponto central a mediação do conhecimento entre seus detentores e os usuários, a dificuldade de acesso e a credibilidade do conhecimento no período denominado como a Idade das Trevas.

O ensaio de Peter Burke, “Uma História Social do Conhecimento: de Gutenberg a Diderot”, explora as mudanças da organização do conhecimento na Europa (1450 a 1750), período marcado pelo surgimento da imprensa tipográfica e a publicação da primeira enciclopédia na França, que impulsionou as transformações sociais. Sob a influência e respaldado por autores como Michael Foucault, Karl Mannheim, Max Weber dentre outros, Burke expõe exemplos e comentários com o intuito de balizar o percurso desenvolvido pelo conhecimento nos diferentes momentos sociais e a sua reorganização na Idade Média até o surgimento das universidades e instituições com fins acadêmicos.

Neste ponto as universidades eram meras reprodutoras de conhecimento, pois não produziam, e as transformações destas instituições aconteceram paulatinamente ao longo do tempo, garantindo a ascensão adquirida pelos intelectuais na sociedade, bem como a formalização do “saber” em ofício. Após a invenção da imprensa e a ascensão dos acervos, as bibliotecas passaram a figurar como centros de estudos, forjando debates entre os intelectuais e espaços de sociabilidade de ideias e trocas de informações. Com a crescente demanda social por informações, ocorreu uma proliferação de serviços informacionais e a transição de um conhecimento centralizado à necessidade de seu compartilhamento e distribuição. Peter Burke retrata as influências e o controle do Estado e Igreja em relação ao o conhecimento a partir da concentração de informações para obtenção do controle interno e dominação sobre a população. A Igreja como detentora de informações e registros, apresenta a censura, controle e acesso restrito a informação que trouxe à tona a proteção intelectual. A explosão informacional,

causada pelo surgimento da imprensa ocasionou o que podemos chamar de "crise do conhecimento", marcada pela ampla divulgação e acesso das informações públicas, gerando a vulgarização do conhecimento, acompanhada pelo ceticismo, questionamentos e críticas à autoridade intelectual.

Revedo o livro de Burke, somos remetidos a obra *O Nome da Rosa*, romance do escritor italiano Umberto Eco, publicado em 1980. A trama acontece na Idade Média, período marcado pela desintegração do feudalismo e formação do capitalismo na Europa Ocidental, e neste contexto visualiza-se as transformações ocorridas na esfera econômica, social, política e religiosa. A expressão "O nome da Rosa", significa o poder infinito das palavras na Baixa Idade Média, o romance se passa no ano de 1327, quando representantes da Ordem Franciscana e a delegação Papal se reúnem em um mosteiro beneditino, para uma conferência que é subitamente ofuscada por uma série de assassinatos. O cenário principal e centro de todo enredo é a biblioteca do mosteiro que alojava inúmeros códices preciosos, sabedoria grega e latina, que os monges conservaram durante os séculos como obras apócrifas. A informação era restrita a poucos e representava dominação e poder.

A instituição predominante da época era a Igreja, que detinha o conhecimento e controlava o Estado. O que ou quem estivesse fora dos padrões do ensino religioso era inaceitável e condenável, podendo ser expurgado ou punido pela Santa Inquisição. O ensaio permite compreender como a Igreja impedia a livre disseminação do saber e do conhecimento, pois considerava este avanço perigoso para a sociedade, mantendo o conhecimento apenas envolto do clero, assim a Igreja dominaria por meio do controle do saber e forte opressão.

Neste estudo buscou-se o embasamento teórico por meio da literatura pertinente, com abordagens sobre o tema mediação do conhecimento na Idade Média. Na metodologia utilizou-se à pesquisa bibliográfica e descritiva, que conforme Gil (2010, p.42), objetiva a descrição das características de um grupo ou fenômeno, bem como o levantamento de opiniões, atitudes e crenças de uma população.

2 O CONHECIMENTO NA IDADE MÉDIA

Conhecida como “Idade das Trevas”, a Idade Média compreende o período entre a queda do Império Romano do Ocidente e o surgimento da Idade Moderna. O período foi dominado pelo misticismo e pela ignorância, e a Europa sofreu um retrocesso artístico, intelectual, filosófico e institucional em virtude da destruição dos valores da cultura greco-romana e da interferência religiosa. Não obstante, hoje sua importância é reconhecida, pois neste período nota-se que o trabalho escravo cedeu lugar às relações de produção e surgiram as primeiras universidades e a representação política, contribuindo para a construção do mundo contemporâneo.

No período que a Idade das Trevas durou, a Igreja detinha o poder sob as formas de conhecimento que era mantido entre os seus escolhidos. Santos e Paulista confirmam o poder e a influência da Igreja sobre a população, pois:

A Igreja tinha terras, poder espiritual, se fazia presente na vida de todos, desde o nascimento até a morte, comandando tudo com mão de ferro e tornando-se insaciável na busca de riquezas. Ao mesmo tempo, procurava atrair para si o maior número de fiéis e para esse objetivo, buscou na educação dogmática uma forma de manter as pessoas em seu ministério. (SANTOS; PAULISTA, 2009, p.56).

Santos (2011, p.2), explica que “até o surgimento das universidades, o ensino formal restringiu-se em grande parte aos clérigos, mais especificamente aos monges de diversas ordens, formando grupos fechados e com pouca possibilidade de comunicação entre si”. Os clericais e nobres detinham o conhecimento sobre a escrita e a leitura, enquanto o conhecimento dos camponeses da baixa nobreza e da burguesia das cidades limitava-se às suas atividades cotidianas, seja sobre o trato da terra ou aprendizagem de uma atividade.

A Igreja foi reconhecida na metade do século IV, e embora tivesse seu poder aumentado, ainda era minoria, e precisava eliminar a crença nos deuses pagãos para impulsionar sua fé cristã entre o povo. Gabriel (2007, p.4) descreve que o sucesso da Igreja ocorreu devido:

À descrença do povo com relação aos deuses pagãos, que se mostraram inúteis frente a tanta barbárie; e além do mais todos pensavam que o fim do mundo estaria próximo e preocupavam-se com a salvação da alma, pregada pelo cristianismo como possível, desde que observados os preceitos cristãos.

A Igreja e seus primeiros pensadores cristãos incorporaram o saber pagão aos seus princípios, elementos como a razão foram ajustados à realidade do

cristianismo e assim o conhecimento passou a ser norteados pelos princípios da fé, característica fundamental na construção do pensamento filosófico medieval. (COELHO; MELO, 2010, p.353)

Contudo, para imprimir o evangelho cristão no espírito do povo, a Igreja passou a incorporá-lo ao cotidiano dos indivíduos através do ensino. Neste contexto “para ensinar foi necessário a criação de escolas, onde os alunos vivessem em um meio moral apropriado à formação do caráter e consciência cristã”. (GABRIEL, 2007, p.4)

Durkheim (2002, p.29) salienta que, “as primeiras escolas desse gênero foram as que se abriram junto às catedrais. Os alunos eram, sobretudo, jovens que se preparavam ao sacerdócio; mas também eram recebidos simples leigos que não tinham decidido ainda abraçar o santo ofício”.

Surge a ideia de centralização do ensino pelo Estado, fundando a escola Palatina, que serviu como modelo a outras na França. (SANTOS; PAULISTA, 2009, p.56). Pode-se destacar que foi sob a influência de Carlos Magno e o Monge Alcuíno que teve origem os *decretos capitulares* para a organização das escolas.

Neste período o ensino predominante era o escolástico baseado no *Trivium* e no *Quadrivium*, embora a realidade econômica e social demandasse por profissionais qualificados, provocando mudanças no sistema educacional. Assim, em meio a essas transformações, surgiram às universidades medievais, ainda com forte influência da igreja “empenhada em manter o monopólio do conhecimento e da prática” (BURKE, 2003). As universidades medievais eram instruídas pela Igreja Católica, sendo esta a única responsável pela educação no período. Elas funcionavam anexas as catedrais ou escolas monásticas dos mosteiros (MARTINS, 1998).

3 MEDIAÇÃO DO CONHECIMENTO

A informação e o conhecimento permeiam as atividades humanas desde o início de sua existência. O uso de objetos para ajudar em tarefas diárias até a descoberta do fogo evidencia a curiosidade do homem em buscar conhecimento.

Na transição da Idade Média para a Idade Moderna, a Igreja dominava o monopólio sobre a escrita, o latim, as disciplinas e a posse dos livros (PEREIRA,

2012). A monopolização da Igreja se sobrepõe ao Estado, criando um controle não apenas sobre a informação em si, mas como ela poderia ser entendida ou distribuída.

A capacidade de ler e escrever restringia-se a poucas pessoas: a elite, os intelectuais, o soberano, os sacerdotes. O domínio cultural da Igreja era completo e absoluto e as pessoas não tinham interesse em difundir e mediar o conhecimento, pois dessa maneira sustentavam seu lugar na sociedade, além de promover a divisão das classes sociais. O lugar dos livros estava concentrado dentro dos mosteiros, conventos e abadias com seu usuário específico e acervo fechado ao público, além do uso frequente de correntes para impedir sua saída. O conhecimento era voltado totalmente para os interesses da Igreja, era conservador e centralizado, imbuído de poder e influência. Dessa maneira poucas pessoas teriam acesso às novas culturas que naquele momento assombravam a Igreja. Com o passar do tempo a Igreja adotou o ensino, não fazendo distinção entre classes para ensinar, porém suas escolas eram ao lado das Igrejas, nos conventos e mosteiros, com conteúdos interpretados por religiosos, membros da Igreja. As mudanças mais significativas puderam ser observadas quando Estado e Igreja assumiram seu verdadeiro papel na sociedade.

Entender como a sociedade consome e apropria-se da informação está intimamente ligado ao processo de produção, distribuição e consumo informacional ocorrido ao longo do tempo. Nota-se que a invenção de Gutemberg e o surgimento da sociedade capitalista influenciaram a época e a maneira como os indivíduos interagiam e passaram a integrar-se na sociedade.

A informação como ferramenta de controle ocorre desde os tempos remotos. Estado e Igreja buscam coletar e organizar a informação sobre os mais variados aspectos como presenciamos em Burke (2003, p.112), “à acumulação de informações como formas tanto de reação como de auto-estímulo ao desejo crescente dos governantes de controlar as vidas do povo em geral, fosse para aumentar os impostos, alistá-lo no exército ou alimentá-lo em tempos de fome”.

Este artigo aborda o controle do conhecimento pela Igreja e Estado; os copistas e a imprensa de Gutemberg; as bibliotecas nos mosteiros seu surgimento nos grandes centros e a censura dos livros.

3.1 O CONTROLE DO CONHECIMENTO: IGREJA E ESTADO

Os pensadores cristãos incorporavam o saber pagão aos seus princípios que eram ajustados à realidade histórica do cristianismo e o conhecimento passou a ser norteado pelos princípios da fé. (COELHO; MELO, 2010, p. 353).

Em qualquer tempo faz-se necessário coletar e armazenar informações sobre os povos, como Burke (2003, p.111) afirma: “a geração do poder de Estado pressupõe a reprodução reflexivamente monitorada do sistema, envolvendo a coleta, armazenamento e controle regulares da informação aplicada a fins administrativos”. O autor ainda define a burocracia como “o exercício do controle com base no conhecimento”.

A acumulação de informações, de relação ou auto-estímulo partia do desejo de controlar a vida do povo em geral, fosse para aumentar impostos, para formação de exército ou para alimentá-lo. Contudo, somente o acúmulo de informação por parte do Estado não era suficiente, pois nem sempre havia mobilização adequada destas informações para que as mesmas chegassem aos governantes e seus funcionários (BURKE, 2003, p.112).

Umberto Eco, utiliza as investigações de seus personagens (William Baskerville e Adso von Melk), como uma cortina para uma narrativa complexa que questiona como as informações são repassadas. O controle ocorria com a guarda de obras que a Igreja mantinha longe dos olhos do mundo em suas bibliotecas que eram dispostas como labirintos, apenas alguns possuíam acesso as obras e mantinham um controle rigoroso. Eco ilustra ao dizer que alguns livros não poderiam ser de conhecimento público, ao dizer na voz do bibliotecário Jorge de Burgos que:

Nem todas as verdades são para todos os ouvidos, nem todas as mentiras podem ser reconhecidas como tais por uma alma piedosa, (...) para qual devem ler alguns e não outros volumes, e não para seguir qualquer insensata curiosidade que por ventura os colha, quer por fraqueza da mente, quer por soberba, que por sugestão diabólica.(ECO, 2012, p.54).

Em outra fala do bibliotecário Burgos, transparece que competia aos monges apenas custodiar o saber.

A custódia, digo, não a busca porque é próprio do saber, coisa divina, ser completo e definido desde o início, na perfeição do verbo que exprime a si mesmo, A custódia, digo, não a busca porque é próprio do saber, coisa humana por ter sido definido e completado no arco dos séculos que vai desde a pregação dos profetas à

interpretação dos padres da igreja. Não há progresso, não há revolução de períodos na história do saber, mas, no máximo, contínua e sublime recapitulação (ECO, 2012, p.412).

Assim, observa-se tanto na obra de Burke quanto na de Eco, que na Idade Média o conhecimento era resguardado pela Igreja a fim de manter-se no poder.

3.2 A CENSURA, OS COPISTAS E A IMPRENSA DE GUTENBERG

Antes da invenção da escrita tipográfica, os registros do conhecimento humano já eram feitos em madeira, mármore, cerâmica, tabuleiros, tecidos, pergaminho ou papel. Até a invenção da imprensa, a maneira de se reproduzir livros era por cópias realizadas à mão pelos livreiros ou escreventes das universidades, mas esse método já não correspondia aos anseios de pessoas que tinham desejo por adquirir mais conhecimento e também por preços de materiais acessíveis. Com o auxílio de alguns companheiros e ajuda financeira, Gutenberg deu início a reprodução de informação (MCGARRY, 1999).

Eco narra em seu livro as maneiras como a Igreja proibia o acesso a determinados livros como, por exemplo, a obra *O II Livro da Poética* de Aristóteles que ficava secretamente guardado na biblioteca da Abadia, por obstruir o conhecimento de determinadas doutrinas e para impedir qualquer progresso intelectual e material com o objetivo de manter seu domínio sobre o mundo através do medo. A obra tratava da comédia e do riso que era considerado um atentado a fé, o pensamento Aristotélico continha saberes filosóficos e científicos que despertava interesse pelas inovações científicas e na época o pensamento dominante impedia que o conhecimento fosse acessível aos usuários, salvo os escolhidos.

Burke (2003, p.28) por sua vez, enfatiza apenas seus benefícios, visando um prisma diferente ao dizer que “a invenção da prensa tipográfica foi ampliar as oportunidades de carreira abertas aos letrados”, uma vez que a carreira dos letrados era vista desde o século XII, fora dos muros dos mosteiros desde a Antiguidade. Por tempos os letrados viam seu trabalho como vocação, mas somente a partir de 1700 passou a ser possível seguir carreira como intelectual, não apenas como professor ou escritor, mas como membro assalariado de organizações dedicadas à acumulação do conhecimento (BURKE, 2003, p.31-32).

A imprensa de Gutemberg abriu espaço, mas foi um longo caminho percorrido para vencer a censura controlada pela Igreja e pelo Estado na tentativa de controlar o acesso ao conhecimento e a sua disseminação. Burke (2003, p.130), diz que “o sistema de censura mais famoso e de maior amplitude no período era o da Igreja Católica, e estava associado ao *Índex de Livros Proibidos*”. A destruição de livros é perpetrada na Idade Média por várias motivações, uma delas é o antagonismo entre a fé e a razão. Eco evidencia o esforço da Igreja Católica em manter inabaláveis seus dogmas e critérios, assim garantindo a ordem social.

Apesar dos interesses comuns entre Igreja e Estado, ambos também tinham suas peculiaridades. O Estado, por exemplo, possuía a preocupação com as divulgações de informações confidenciais como publicações sobre a Índia e a África. Controlar a informação era tarefa árdua, como Burke (2003, p.132) afirma, “a linha de demarcação entre o domínio público e os *arcana imperii*² era frequentemente transgredida e boa parte da informação política era difundida oficialmente ou extra-oficialmente”. Esporadicamente os governos precisavam tornar público às informações para seus próprios propósitos.

O autor Umberto Eco também corrobora a preocupação de resguardar as ideias ao negar a existência do *II Livro da Poética* de Aristóteles que trata do riso. Neste contexto, o riso é visto como fonte de dúvida, e o mesmo não deveria ser permitido, pois poderia ser usado como arma para desacreditar a própria Igreja.

3.3 BIBLIOTECAS NOS MOSTEIROS E O SURGIMENTO DAS BIBLIOTECAS NOS GRANDES CENTROS

Neste período as bibliotecas não estavam associadas à disseminação da informação e do conhecimento científico e seu acervo voltava-se para a fé cristã como é possível visualizar na biblioteca da Abadia, onde se desenvolve a história de Eco e é uma réplica das demais bibliotecas da época. Era a “maior biblioteca da cristandade” (ECO, 2012, p.399) e dividia-se em três andares, no terceiro andar eram guardados os livros, um labirinto que não permitia aos aventureiros sair com vida ou encontrar o livro escrito por Aristóteles. Lima (2007, p.28) diz que o “objetivo do labirinto era guardar o saber e o conhecimento”. Eco questiona a “verdade” por

² Segredo de Estado

meio de seus personagens. Os monges não se contentavam mais em apenas copiar os manuscritos, pois queriam produzir e ser donos do conhecimento, interpretá-los. Eram seduzidos pela busca do conhecimento e pelo questionamento da verdade. Eco evidencia tal sentimento na passagem:

Eles eram dominados pela biblioteca, pelas suas promessas e pelos seus interditos. Viviam com ela, por ela e talvez contra ela, na esperança culpável de violar um dia todos os seus segredos. Porque não haviam de se arriscar à morrer para satisfazer uma curiosidade da sua mente, ou matar para impedir que alguém se apropriasse de um seu segredo cuidadosamente guardado? (ECO, 2012, p.147-148).

A partir do século XII, era indiscutível “que as universidades deviam concentrar-se na transmissão do conhecimento, e não em sua descoberta” (BURKE, 2003, p.38). O movimento humanista foi inovador ao se opor a muito do saber convencional dos “escolásticos”. Muitos haviam estudado nas universidades que criticavam, desta forma as discussões debatidas tinham lugar fora do ambiente universitário surgindo as “academias”. Após a criação do *Collège des Lecteurs Royaux*, criada pelo rei Francisco I, os humanistas passaram a desempenhar um papel importante na universidade. Burke explica a importância das ideias humanistas e o resultado do seu trabalho ao dizer

As idéias dos humanistas se infiltraram gradualmente nas universidades, especialmente no sentido de influenciar mais que os regulamentos oficiais, os currículos não oficiais. Quando isso aconteceu, contudo, a fase mais criativa do movimento humanista chegava ao fim. O desafio ao saber constituído vinha agora da “nova filosofia”, em outras palavras, do que hoje chamamos “ciência” (BURKE, 2003, p.42).

A decadência da Igreja em relação ao “conhecimento” e a nova demanda de ensino levaram a reforma das instituições. A reestruturação do currículo assumiu diferentes formas em diferentes universidades, tais sistemas eram *otrivium*, *quadrivium* e sistema dos *studia humanitatis*. O novo sistema de ensino e a multiplicação dos livros influenciaram uma reestruturação das bibliotecas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo se deu com a finalidade de conhecer a maneira como a mediação do conhecimento ocorria na Idade Média. A forte presença da Igreja, aliada ao seu controle no cotidiano das pessoas, causava opressão e medo.

Com austeridade a Igreja pregava a religião e as suas crenças deveriam ser seguidas, conforme as regras impostas, pois caso contrário, os homens estariam entregues ao terror e lhes seriam atribuídos castigos que custariam até mesmo suas próprias vidas. A mediação do conhecimento ocorria de forma restrita, sob o controle da Igreja e do Estado. A Igreja sentia-se ameaçada em perder o poder sobre a vida das pessoas e não mais ter condições de sobrevivência, pois sua verdade estava centrada na Bíblia, nas suas tradições e autoridade impostas ao povo. O Estado sentia-se ameaçado em ser obrigado a instituir a reforma política e conseqüentemente cultural caso o conhecimento fosse disseminado e os homens passassem a ter mais discernimento sobre a realidade social da época.

Peter Burke (2003, p.109) volta seu olhar para a “política do conhecimento no sentido da coleta, armazenamento, recuperação e supressão da informação pelas autoridades, tanto da Igreja quanto do Estado”, a fim de responder problemas ou crises específicas. Esta acumulação de informação diz respeito ao desejo de controlar a vida do povo em geral. É notório o poder da Igreja e do Estado sobre o conhecimento.

Assim, Castro (2006, p.15) afirma que “o saber, o conhecimento tem adquirido em todas as sociedades e civilizações valor de mercadoria, podendo ser vendido, transacionado e cerceado”. Tal reflexão vem refletir ao que Burke (2003, p.137) expõe ao dizer que: “a idéia de comercializar o conhecimento, por exemplo, é pelo menos tão antiga como a crítica de Platão aos sofistas por esta prática. A ideia do conhecimento como propriedade (*possessio*) foi formulada por Cícero”.

No livro de Eco, é nítida uma atmosfera sombria que retrata a história de uma série de assassinatos ocorridos na biblioteca de um mosteiro. Neste contexto a biblioteca representa a fonte do saber, porém o pensamento dominante da época era de impedir o acesso ao conhecimento. Na obra é claro a comparação da ciência e religião. A ciência relaciona-se com o saber, a luz (“ciência x verdade e ao saber”), diferente da religião que está estreitamente ligada à irracionalidade (“religião x irracionalidade e o obscuro”). Tal fato está relacionado devido à insistência da Igreja em manter o conhecimento sob a supervisão de alguns escolhidos, enquanto a ciência buscava novos conhecimentos, remetendo a reflexão sobre questões filosóficas como os conceitos do bem e mal, certo e errado.

Já no contexto do historiador inglês Peter Burke sua obra constrói uma história social do conhecimento, perpassando por diversas épocas e prismas abordando temas como: a Idade Média, o processamento e variedades do conhecimento, organização dos currículos, propriedade intelectual, aquisição do conhecimento, a confiança e desconfiança do conhecimento, dentre outros. No entanto, o autor demonstra o poder do Estado e da Igreja no que se refere à guarda e disseminação do conhecimento e expõe as ações percorridas para enfrentar os obstáculos impostos a fim de dismantelar o cartel imposto pelos detentores do saber da época.

O quadro a seguir demonstra as diferentes abordagens dos autores Peter Burke e Umberto Eco em suas obras no que diz respeito à mediação do conhecimento.

QUADRO 1 – Mediação do Conhecimento na Idade Média: Peter Burke x Umberto Eco

	PETER BURKE	UMBERTO ECO
Biblioteca x Mosteiros	A partir do século XII as universidades deviam concentrar-se na transmissão do conhecimento, e não em sua descoberta.	A Biblioteca do Mosteiro é simbologia da guarda do saber e do conhecimento pela Igreja, impedindo seu livre acesso.
Censura dos Livros	Igreja e Estado controlavam por meio do “Índex de Livros Proibidos”.	A Igreja guardava os livros em labirintos e negava sua existência.
Controle do conhecimento	Igreja e Estado buscavam coletar e organizar a fim de controlar a população.	Ocorre com a guarda de obras na Biblioteca do Mosteiro.
Copistas x Imprensa de Gutemberg	A invenção da prensa tipográfica ampliou as oportunidades de carreira abertas aos letrados.	Os monges copistas simplesmente custodiavam o saber. O conhecimento era acessível apenas aos “escolhidos” pela Igreja.
Letrados	O trabalho era visto como vocação.	O acesso ao conhecimento era restrito ao Clérigo.

Mediação do conhecimento	Ocorria nos portos, por meio de interrogatório dos estudiosos aos viajantes.	Igreja não tinha interesse em difundir ou mediar o conhecimento.
Universidades	Surgem com influência da Igreja empenhada em manter o monopólio do conhecimento e da prática.	Eram reprodutoras de conhecimento.

Fonte: Resultado da pesquisa (2016)

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTRO, C. A. Biblioteca como lugar de memória e eco de conhecimento: um olhar sobre “O Nome da Rosa”. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. esp., p.01-20, 2006. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2026/2148>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

COELHO, João Paulo Pereira; MELO, José Joaquim Pereira. Igreja, estado e poder no século XIII. **Revista Cesumar - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v. 15, n. 2, jul./dez. 2010, p. 349-361. Disponível em: <<http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revcesumar/article/view/958/1122>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

DURKHEIM, Emile. **A evolução pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ECO, Umberto. **O nome da rosa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record. 2012.

GABRIEL, Eliana Aparecida. A atuação educadora da igreja no ocidente medieval. In: Jornada de Estudos Antigos e Medievais, 6, 2007, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, 2007. Disponível em: <<http://www.ppe.uem.br/jeam/anais/2007/trabalhos/016.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Creriane Nunes. O nome da rosa: (Des)caminhos da verdade pós-moderna. **Revista Acta Científica**. São Paulo, v. 1, n. 12, jan./jun. 2007. Disponível em: <<https://revistas.unasp.edu.br/acch/article/view/457>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro da imprensa e da Biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998.

MCGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

PEREIRA, Rita de Cássia Mendes. Linguagem, saberes e mediação sobrenatural: magia, clerezia e intervenção sobre a natureza no cotidiano e nas representações do Ocidente Medieval. *Acta Scientiarum Education*. Maringá, v. 34, n.1, p.51-60, jan./jun, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/15881>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

SANTOS, Fernando Pereirados. Educação e idade média: uma reflexão historiográfica. **Revista Eletrônica Cadernos de História**, v.6, n.2, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.ichs2.ufop.br/cadernosdehistoria/ojs/index.php/cadernosdehistoria/article/view/174>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

SANTOS, Gislaine A. S.; PAULISTA, M. I. Idade Média x Idade Mídia. **MIRANDUM**, Porto, v. 13, n. 20, 2009. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/mirand20/gis.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2016.